

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 154/155/156 CURITIBA, QUARTA/QUINTA-FEIRA, EM 08/09 DE NOVEMBRO DE 2000 ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Valdir Rossoni
Líder Oposição	Orlando Pessuti
PTB.....	Ademar Traiano
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PMDB.....	Nereu Moura
PPB.....	Tony Garcia
PT.....	Hermes Fonseca
PDT.....	Edgar Bueno
PSDB.....	Sérgio Spada
PL.....	Pastor Edson Praczyk
PSL.....	Edno Guimarães
PST.....	Divanir Braz Palma

Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni (licenciado) - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 01: Ricardo Maia; PSC - 01: Miltinho Pupio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 115ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
08 DE NOVEMBRO DE 2000**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Tony Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2131

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, após

ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 325/2000, de sua autoria, que dispõe sobre a aprovação para a construção de Usina Termoelétrica no município de Araucária.

Sala das Sessões, em 08.12.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2130

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 031/99, item 06, em 1ª discussão, de autoria do nobre deputado Beraldin, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 08.11.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2124

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de General Carneiro pela passagem, no próximo dia 19/11, de seus 39 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo senhor Sebastião Sergio Steptjuk, prefeito municipal, ao vice-prefeito, senhor Sinval Gaiovicz, bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de General Carneiro.

Sala das Sessões, em 08.11.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com esta proposição queremos, na significativa data do transcurso de mais um aniversário da emancipação política do município de General Carneiro, prestar nossa sincera homenagem a toda a população que não mede esforços com seu trabalho diuturno contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento daquela região.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste parlamentar, orgulha-se em transmitir a toda a população de General Carneiro, com este voto, o reconhecimento e a admiração pela dedicação ao longo desses anos, num trabalho sério e honesto voltado ao bem comum.

REQUERIMENTO Nº 2125

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Pedro José Ribeiro Mendes e Maria de

Lurdes Fernandes Mendes, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 08.11.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2126

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Osmar Zardo e Judith Zardo, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 08.11.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2127

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao doutor Gilberto Alves da Rocha, médico cardiologista formado pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC, nesta Capital. Atende seus pacientes no Hospital Nossa Senhora das Graças desde o início de sua carreira, também em seu consultório médico e na Cendicardio, Clínica Especializada em Exames do Coração. Realiza suas atividades profissionais com muita seriedade e dedicação aos pacientes.

Sua disponibilidade e carinho com os seus pacientes muito sensibiliza os que necessitam de seus cuidados, dentre os quais a senhora Marilú Pereira,

que, sentindo-se agradecida pelo carinho e excelente tratamento médico que lhe é dispensado, buscou-nos a fim de que, por meio deste voto de louvor, fique registrado nos Anais desta colenda Casa de Leis, todo o respeito e admiração que ele merece. Ao doutor Gilberto, os nosso sinceros cumprimentos e agradecimentos pelos valiosos préstimos profissionais dedicados à comunidade paranaense, extensivo aos demais pares, consignando-se o reconhecimento de todos. Muito nos tranqüiliza a existência de profissionais com a sua competência e desprendimento.

Sala das Sessões, 08.11.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2129

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, seja enviada correspondência ao Excelentíssimo senhor Secretário de Estado da saúde, doutor Armando Raggio, solicitando, em regime de urgência, agilização na análise da documentação que irá credenciar o Hospital do Câncer de Maringá, como Centro de Alta Complexidade em Oncologia, Cacon no Sistema Único de saúde, SUS.

A preocupação deste parlamentar procede em virtude de Maringá não dispor de nenhum hospital credenciado para atendimento nesta área tão sensível que é o tratamento de combate ao câncer, penalizando assim pacientes dos municípios de Umuarama, Cianorte, Campo Mourão e Paranavaí, além de Maringá, que estão sendo obrigados a deslocar-se para Cascavel e Campina Grande do Sul para tratamento.

Sala das Sessões, 08.11.2000.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 2134

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados e incluídos nos Anais da sessão de hoje, nota oficial da Federação Paranaense das Associações de Criadores, Fepac, referente ao cancelamento da Feira do Paraná pelo Governo do Estado.

Sala das Sessões, 08.11.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

Projeto de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 014/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e promulgo, nos termos do artigo 73 da Consti-

tução Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Ficam sustados os atos e feitos constantes do item 5.3 da Ata da Reunião Ordinária 2ª/2000 do Conselho de administração da Companhia de Saneamento do Paraná, Sanepar, realizada no dia 26 de setembro de 2000, nos termos do disposto no artigo 54, incisos XXVI e XXVII, da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.11.2000.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente Projeto de Decreto Legislativo coibir ato arbitrário praticado por órgão da Administração Direta do Estado do Paraná, no que se refere ao abusivo aumento da remuneração dos diretores da Companhia de Saneamento do Paraná, Sanepar, constante do item 5.3 da Ata, referida no artigo 1º da presente proposta.

Pode-se afirmar que tal medida contraria os princípios da moralidade administrativa, no momento em que, por ato próprio da Diretoria, concede significativo aumento salarial aos diretores daquela Companhia, enquanto que o próprio Poder Executivo não concede reposição salarial aos servidores do Quadro Geral nos últimos anos, sob alegação de falta de recursos no Tesouro do Estado para dar suporte a tais despesas.

É de notório conhecimento que a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei Responsabilidade Fiscal) fixa limites para despesas com pessoal em todas as esferas governamentais, o que inoportuna a decisão tomada pela diretoria da Sanepar, quando o governo do Estado vem se esforçando, no sentido de adequar os gastos com pessoal aos índices estabelecidos nos artigos 19 e 20 da referida lei.

Os Pares desta Casa não podem se calar diante de tal fato, tendo em vista, que o aumento salarial dos diretores da Companhia em apreço, como fato isolado, constitui-se em ato de profunda injustiça perante aos demais servidores públicos dos três Poderes constituídos, que há anos não recebe nenhum tipo de benefícios salariais.

Não bastassem tais argumentos, a medida em epígrafe afronta disposições contidas no artigo 73 da Lei nº 9504/97 (Lei Eleitoral) que veda qualquer readaptação de vantagens nos três meses que antecedem qualquer pleito eleitoral.

Projetos de lei:

PROJETO DE LEI Nº 371/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação Espírita Jesus e Maria, com sede e foro em Irati, Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.11.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoioamento:

Ademar Traiano, Luiz Fernandes da Silva Litro,
Marcos Isfer e Antonio Carlos Belinati.

JUSTIFICATIVA:

A Associação Espírita Jesus e Maria, com sede no município de Irati, presta assistência aos necessitados de toda a região. Em 1999, foram atendidas gratuitamente quase 17 mil pessoas.

Dentre as atividades desempenhadas, podemos destacar as consultas médicas, medicamentos distribuídos, assistência odontológica, assistência à gestante e também a distribuição de sopa, leite e cobertores aos necessitados.

O atendimento aos idosos também merece destaque, tanto na área médica quanto em relação aos cursos que são ministrados semanalmente de crochê e pintura.

Ainda há o departamento de corte e costura, onde são reformadas e confeccionadas roupas que são distribuídas aos mais necessitados. Nas atividades sociais, destacam-se os festivais espíritas (em 1999 foram realizados 3 festivais), nos quais procede-se a arrecadação de donativos para atender a mais de mil pessoas. Há também a feira do Livro Espírita, que propicia a divulgação dos fundamentos do Espiritismo, além de contribuir para uma maior leitura por parte da comunidade.

As reuniões são realizadas na própria sede da associação, com evangelização para crianças, jovens e com Sessões de Assistência Espiritual e Estudo da Doutrina Espírita.

Pelos vastos campos em que a associação espírita Jesus e Maria atua, pelos benefícios que traz a toda a comunidade local, conto com o apoio dos nobres Pares dessa casa, para aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 372/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, o Departamento de Assistência Social Adventista da Promessa, Dasap Norte paranaense, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.11.2000.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

Conforme documentação anexa, comprova-se que o Departamento de Assistência Social Adventista da Promessa, Dasap Norte Paranaense, preenche os requisitos legais necessários à sua declaração como de Utilidade Pública, eis que possui personalidade jurídica, está em efetivo funcionamento, prestando desinteressadamente serviços à coletividade, principalmente no âmbito de assistência social e beneficente.

Outrossim, a referida entidade não distribui dividendos ou gratificações a seus associados e não remunera sua Diretoria.

A presente iniciativa, além de inserir a Entidade no rol do reconhecimento público, representa ainda o aplauso e incentivo ao muito que o Departamento Social Adventista da Promessa vem realizando e, certamente, continuará a realizar no campo da benemerência, promovendo o desenvolvimento da comunidade e procurando soluções para seus problemas.

PROJETO DE LEI Nº 373/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a executar os serviços de restauração dos seguintes trechos de rodovias estaduais na região Sudoeste do Estado.

a) na PR-469, o trecho de 32 (trinta e dois) quilômetros, compreendido entre o trevo de acesso a Dois Vizinhos, passando pelo município de Verê até o município de Itapejara d'Oeste;

b) na PR-281, o trecho de 46 (quarenta e seis) quilômetros, compreendido entre o trevo de acesso a São Jorge d'Oeste, passando pelo município de São João até o município de Chopinzinho.

Parágrafo Único - Os valores correspondentes para a execução das obras constantes nos ítems "a" e "b" deste artigo, serão remanejadas e/ou suplementadas dentro do Orçamento Geral do Estado para o exercício vigente, ficando o Poder Executivo autorizado por esta lei à sua efetivação.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.11.2000.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Pretende o presente projeto de lei criar dispositivos com os quais o Excelentíssimo senhor governador do estado possa dispensar atenção maior para a resolução do verdadeiro caos que o péssimo estado de conservação das mencionadas rodovias, nesses trechos, causa a quem utiliza-se das mesmas.

Atualmente, as condições de tráfego estão praticamente impossíveis, em virtude do desgaste que a passagem de caminhões de carga, especialmente no transporte

da safra agrícola da região Sudoeste, vem causando ao leito das rodovias ao longo dos anos.

Até mesmo em atendimento a requerimento deste Parlamentar, várias operações tapa-buracos já foram efetuadas. Ocorre que a passagem de caminhões carregados e o trânsito intenso de veículos, junto à ocorrência de fortes chuvas em toda a região, acarretam em que essa providência não seja adequada para resolver totalmente o problema, o que somente será possível de solução se viabilizada a restauração, com nova camada de asfalto em todo o leito.

Entende este parlamentar que o Sudoeste do Estado, pela importância de sua produção agrícola e avícola, principalmente, merece dos senhores parlamentares desta Casa a aprovação unânime da presente lei, bem como o atendimento imediato por parte do Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente e senhores deputados, a União Paranaense de Estudantes Secundaristas e a Universidade Federal do Paraná estarão promovendo no último fim de semana deste mês, um Seminário que discutirá a Educação no Brasil, os rumos da educação no Brasil e os Projetos Educacionais implementados pelo governo do Paraná, através da Secretaria Estadual de Educação.

Neste Seminário, inclusive tem um pedido a ser apresentado à Mesa Executiva desta Casa pedido de auxílio a este seminário, vai tratar de vários assuntos, que preocupam muito a classe dos professores do Paraná e aos estudantes paranaenses. Por exemplo, vai ser discutido ali o Proem, este projeto de Melhoria e Ampliação no Ensino Médio, que o governo propôs. De ampliação teve muito pouco e melhoria nada.

O que nós tivemos foi uma Supletivização do Estado do Paraná e alguns poucos recursos para reformar as entradas das escolas.

Mas, você veja que a Educação no Paraná hoje é motivo de extrema preocupação. O governo está colocando no ar, na televisão, nos jornais, nos rádios paranaenses uma Mensagem Institucional chamando os alunos para prestarem uma espécie de exame.

Quero aqui desta Tribuna aproveitar a oportunidade para sugerir a secretária Alcione Saliba e ao governo do Estado, para que inclua nos exames aqueles alunos que foram supletivizados pelo governo do Estado do Paraná.

O que foi espalhado pelo interior do Paraná de cursos supletivos sem frequência é um negócio estrondoso. Tem vários alunos com o diploma de 2º grau, carimbado e assinado pela secretária Alcione Saliba que não tem conhecimento de aluno da 6ª série.

Faço uma sugestão ao governo do Estado do Paraná para que coloquem também nos examinados estes alunos que receberam certificação em massa pela secretária de Estado da Educação, pelos SEADS, pelos NAES e assim por diante.

Fui professor do Ensino Supletivo, sei quanto é importante esse ensino, mas aquele que tem o mínimo de qualidade, o mínimo de dedicação ao aluno, que é frequentado, que o professor faz uma avaliação séria sobre o aluno. Valoriza, às vezes, as poucas horas que ele tem para estudar e não como tem acontecido aqui, que o aluno leva para casa a apostila e dali a quinze dias vem fazer o teste, se não passar dá uma forcinha. Como aconteceu com aquele repórter da Gazeta do Povo, que se inscreveu e em 45 dias fez o 1º grau, em 72 horas fez o 2º grau, ganhou o diploma e a identidade era falsa e o professor deu uma mãozinha.

Então não fui eu que fiz isso, foi um teste executado por uma jornalista investigativa, por um processo de investigação que provou que o ensino está sendo supletivizado. No Estado do Paraná, o custo da estrutura educacional tem caído 30%. O custo da estrutura em aula, laboratórios, investimentos educacionais, investimentos em professores e assim por diante.

E, a novidade que trago hoje à tarde e me preocupa muito, deputado Valdir Rossoni, que lidera a Bancada da Situacionista, é que entre as propostas do governo de diminuição do custo da estrutura educacional, como tenho denunciado aqui, sem se preocupar com a qualidade, está a proposta de inclusão dos alunos com necessidades especiais no ensino regular. Está aqui a proposta do governo de inclusão dos alunos com necessidades especiais em ensino regular.

Sou uma pessoa que mantém uma instituição que cuida de surdos. Fui professor e tenho vários estudos na área de necessidades especiais. Nós somos favoráveis a um processo que inclua um aluno surdo, por exemplo. São alunos com dificuldade auditiva e dá vontade de não qualificarmos de surdos mas na realidade o são de fato e assim tem que ser tratado com dignidade de ser humano que merecem. Os alunos surdos aprendem a linguagem de sinais ou aprendem a ler os lábios e aprendem a ter uma convivência entre eles desde os primeiros momentos e a alfabetização é de uma forma diferenciada o que faz com que percebam o mundo de uma forma completamente diferenciada também. É interessante a sua inclusão no mundo normal, com os alunos de convívio normal, agora, não é como o governo do Estado quer fazer.

O governo do Paraná quer acabar com as classes especiais, jogar estes alunos numa aula regular, pensa em ter ali um professor especializado e sabemos que temos dificuldades com os professores porque os professores que lidam com alunos ouvintes normais vai discriminar os alunos voluntariamente ou até involuntariamente.

Muitas vezes saí da sala de aula fazendo uma reflexão, quando pude fazê-la, percebendo que naquele dia havia discriminado determinado aluno por rendi-

mento não compatível com os demais alunos da classe. Eu mesmo discriminava e olha que eu tinha uma capacidade de me conscientizar das falhas a todo momento, quanto mais um professor que não tenha um determinado preparo para lidar com alunos com deficiência, ele vai discriminar muito mais o aluno surdo, o aluno cego, aluno deficiente físico ou com retardamento mental. E então, teremos um processo de traumatização deste aluno. Ele não será incluído, será profundamente discriminado e traumatizado no processo de inclusão. Isto economiza dinheiro, mas, infelizmente, com alunos com necessidades especiais nós temos que nos preocupar em gastar mais.

Estamos debatendo este assunto e temos que tomar cuidado porque temos que ter um tratamento humano, pedagógico e científico. A inclusão tem que ser bem aceita, tem que ser parcial e bem preparada. Os professores tem que ser bem preparados, as salas de aula têm que ter menos alunos para que não venhamos a extinguir todas as Apaes, extinguir as associações filantrópicas que cuidam disso há muito tempo, mas fazer um processo de discussão com elas porque o que elas estão fazendo acho que têm algumas falhas, temos que mudar porque não podemos continuar com o mesmo sistema de 50 anos atrás nossos alunos com deficiência, mas, também não podemos, de uma hora para outra, extinguir este sistema que existe e colocar todos eles em aulas regulares. Precisamos ter uma inserção parcial porque o aluno surdo que se forma no 2º grau, ou ensino médio, tem uma aprendizagem diferenciada, é capaz de não passar no vestibular, mas estará mais apto para a vida, para construir família, para ser feliz e às vezes não passa no vestibular.

Dei uma palestra uma vez em Umuarama que tinha mestres surdos, vários acadêmicos surdos e tive a felicidade de abordar sob a minha ótica e passar a seguinte mensagem e tive a grata surpresa de ser aplaudido de pé pelos surdos que estavam naquele Plenário, e eu disse o seguinte - que a preocupação deles é que os alunos surdos formados no ensino médio não conseguem passar no vestibular, porque o vestibular foi feito para os alunos que ouvem, as aulas são feitas para os alunos que ouvem.

Agora, uma pessoa surda que termina o ensino médio é uma pessoa que com certeza com sua habilidade suplantou as dificuldades do preconceito, se inseriu melhor na sociedade, uma pessoa que consegue desenhar melhor, quem sabe para se sublimar, consegue ter outro tipo de relação, outra percepção do mundo que nós, ouvintes normais, não temos a percepção do mundo e ela é muito mais gigante e muito mais apropriada para isto.

Esta pessoa, com certeza, está preparada para ser feliz, para produzir, para se inserir na sociedade e para suplantando as dificuldades, está acima de tudo preparado para ser uma pessoa feliz.

Então, a avaliação normal e a avaliação daqueles que são deficientes tem que ser diferente. Esta é a nossa preocupação e o nosso recado, senhor presidente, que gostaria de deixar claro à Bancada Situacionista que eu

acho que neste aspecto tem grande divergência e nós gostaríamos apenas de debater e procurar ver se este processo de inclusão não seja tão drástico como está pensando a Secretária Alcione Saliba.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados, não vou comentar hoje sobre a vitória que o Paraná teve em relação aos segredos do governo Jaime Lerner.

Ontem tivemos uma grande vitória - o Supremo Tribunal de Justiça concedeu a tão esperada liminar para que nós possamos abrir a caixa preta dos convênios que o governador Jaime Lerner firmou com a Renault.

O Superior Tribunal de Justiça concedeu a liminar num processo que movemos no ano de 1996, quatro anos após nós estamos recebendo aquilo que deveríamos ter recebido lá atrás, mas antes tarde do que nunca. Vamos receber a documentação para abrir esta caixa preta para sabermos o que é de segredo, o que é de escondido que tem ali que o governador não queria mostrar ao povo do Paraná. Agora a justiça de Brasília nos deu este direito, já que aqui no Paraná infelizmente as nossas tentativas não surtiram efeito.

Mas, senhor presidente, este é um assunto que nós vamos abordar amanhã com profundidade.

Quero voltar a falar sobre o escândalo da Sanepar. O escândalo que mobilizou a opinião pública do Paraná inteiro. Recebi, senhor presidente, telefonemas do Paraná inteiro, de pessoas, de funcionários da Sanepar, de órgãos de comunicação, todos absolutamente revoltados com este escândalo inaceitável que nós fomos encontrar lá na Sanepar.

Salários vergonhosos, absolutamente escandalosos que os diretores da Sanepar se auto concederam no dia 26 de setembro, quatro dias antes das eleições. Fizemos a denúncia aqui, senhor presidente, e a Sanepar, a direção da Sanepar, sem ter o que dizer, sem saber o que fazer, encurralada, desmoralizados mandaram uma nota a imprensa do Paraná, onde mais problemas arrumaram do que especificamente tenham se explicado, da denúncia de que havíamos aqui revelado ao povo do Paraná.

Diz a nota da Sanepar, senhor presidente: “A remuneração mensal do presidente da Sanepar, não é bem 28 mil reais, como afirmou o deputado Nereu Moura. Um erro de interpretação do ilustre parlamentar, pode ser facilmente entendido, já que a reunião do conselho de administração realizada, no final de setembro...” e olha, presidente, a Sanepar passou uma nota à imprensa e à Rede Globo de Televisão, dizendo que a reunião não teria ocorrido no mês de setembro e, sim, no mês de outubro, tentando passar para debaixo do tapete esse escândalo. Porque a Sanepar tentou mentir à Rede Globo de Tele-

visão, dizendo que a reunião não teria ocorrido no mês de setembro? Para escapar da ilegalidade, porque se sabe que não se pode aumentar salários três meses antes da eleição. Não se pode aumentar salário de funcionários públicos três meses antes da eleição. Imaginem, então, para diretores, que já ganham salários de marajás. Pois a Sanepar diz: “Não, o salário foi aumentado só para o mês de outubro, novembro e dezembro. São só três meses de aumento”.

Ora, tenha santa paciência. Chamar-nos de bobos! Aumentaram os salários só por três meses. E daí, depois, o salário vai voltar de novo aos parcos dez mil, que recebiam anteriormente. Não vão mais receber os 14 mil reais mensais? Sinceramente é querer dizer ao povo do Paraná, que ninguém consegue entender de lei. Aumentaram o salário só por três meses, porque no mês de dezembro vem o natal e os diretores da Sanepar estavam sem caixa, imagino, para comprar os presentes de seus familiares. E então, era necessário aumentar o salários nos meses de outubro, novembro e dezembro. E os funcionários que se lixem, que continuem passando fome e pedindo esmola. Os diretores estão com todos os seus problemas resolvidos.

Ainda tem mais, senhor presidente, tentam negar aquilo que está escrito, aqui, que não foi eu que produzi. É a ata feita pela Sanepar, que graças a Deus veio parar em nossas mãos, esse escândalo. A ata assinada pelo presidente do conselho, o então secretário Giovani Gionédís e o presidente da Sanepar Carlos Afonso Teixeira de Freitas.

Nessa ata, nesse documento, que passei à imprensa, em cópia, está aqui, no item 04 da Ordem do Dia, naquela monumental reunião celebrada lá, na rua Engenheiro Rebouças, Sede da Sanepar - está escrito aqui, senhor presidente, no item 04.3. estudo de proposta e a proposta está anexa aqui, nas minhas mãos, estudo de proposta à Assembléia Geral, de remuneração individual dos administradores e conselheiros da Companhia Sanepar do Paraná, e a proposta está aqui, senhor presidente, e qual é a proposta? E a nota que a Sanepar mandou para a imprensa, uma nota eivada de má fé, porque tenta explicar o inexplicável, porque tenta justificar o injustificável! A proposta da diretoria está aqui: salário do presidente da Sanepar R\$13.861,00. Bonificação, bonificação, o que não é participação nos rendimentos da empresa, bonificação: R\$71.634,00. Participação nos lucros da empresa: R\$71.634,00 e bônus: R\$41.587,00 perfazendo um total de R\$113.221,97, fora o salário de R\$13.861,00, que o presidente da Sanepar recebe, mensalmente!

E os diretores, senhor presidente, para os diretores um pouco a menos porque eles não têm a responsabilidade da presidência, eles não têm aquela responsabilidade tão grande do presidente, então tem que dar um pouco a menos, aí então o salário dos diretores aumentou em 34%, no dia 26 de setembro, aumentou para R\$10.719,00, mais o abono, mais a bonificação de

R\$32.426,00 mais o RPR que é a participação no rendimento da empresa: R\$55.855,00 perfazendo um total de 88 mil fora um salário de R\$10.700,00.

Agora, senhor presidente, a nota da Sanepar, mentirosamente diz que os diretores não vão ter bônus, ora, está aqui na proposta o bônus vergonhoso que eles vão receber, fora a participação nos lucros da empresa! O presidente vai receber R\$41.587,35 de bonificação e os diretores vão receber R\$32.426,76 de bonificação! Mas o presidente da empresa ainda, pasmem senhores deputados, é conselheiro da Sanepar e vai receber também como conselheiro, vai participar da bagatela de R\$166.622,26! O presidente da Sanepar, além de ter um salário de marajá vai receber a bonificação, vai receber a participação nos lucros da empresa e vai receber como conselheiro da Sanepar, recebendo todo este escandaloso montante de recursos e manda uma nota oficial para a imprensa tentando encobrir a verdade. A verdade que arrepiou o povo do Paraná!

Hoje recebemos comunicação do Paraná inteiro e o Paraná inconformado por este escândalo vergonhoso! Mais um escândalo no governo Jaime Lerner, mais uma situação que não se tem como explicar neste governo que não é mais novidade, não é mais segredo, parece até um fato corriqueiro quando se fala em escândalo no governo Jaime Lerner. Algumas pessoas que estão aqui, que acompanham, ah! mais um, esse aí só foi 1 milhão, 2 milhões, 10 milhões, esse foi pequeno ainda, 50 milhões. É assim que está, senhor presidente, este governo infelizmente que aí está, natimorto, moribundo, querendo mudar secretários, que há uma semana não consegue montar uma equipe de secretários, o governo parado, o povo precisando do governo que está aí escondido, não sei se no Chapéu Pensador ou na Ilha das Cobras, que tem um lugar mais apropriado, na Ilha das Cobras lá em Paranaguá, aonde deve ter um montão de cobras, de ser o lugar indicado para montar a sua equipe de governo, e escondido não fala, e o povo do Paraná sem governo, e o povo do Paraná ansioso por um governo sério, que dê respostas aos nossos interesses, mas está aí escondido, a imprensa não sabe, a imprensa procura, não, não sei!

A imprensa quer saber, o povo do Paraná quer saber, mas ninguém diz nada, parece um segredo de Estado, porque é a máfia de um governo incompetente, indecente, que muita tristeza tem causado ao nosso Estado. Deputado Caíto Quintana, antes de lhe conceder um aparte, quero dizer senhor presidente, quero pedir aqui o apoio de todos os deputados, estamos dando entrada hoje aqui no Plenário desta Casa, com um projeto de Decreto Legislativo para suspender o salário dos diretores da Sanepar.

Estamos apresentando aqui na Mesa um projeto de Decreto Legislativo, para mostrar que a Assembléia do Paraná não é conivente com esta vergonha, não é permissiva com marajás, com pessoas que querem tirar o salário e o dinheiro do povo do Paraná. A Sanepar, que corta

água de quem passa fome, a Sanepar, que corta água de desempregado, paga salários vergonhosos para diretores, salários de marajás.

Por isso, senhor presidente, estamos apresentando aqui este projeto, e queremos pedir regime de urgência, para que nós deputados estaduais possamos cortar essa vergonha, possamos anular esse instrumento que tem causado uma revolta extraordinária no povo do Paraná. É esse o nosso entendimento.

Concedo inicialmente um aparte ao nobre deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana

Deputado Nereu, confesso que este assunto da Sanepar nos causa realmente uma estranheza enorme porque já desde ontem Vossa Excelência nos mostra uma Ata de que a Sanepar reuniu no mês de setembro, outubro, portanto dentro do período proibido por lei para aumento salarial para qualquer tipo de trabalhador público.

Segundo, deputado Nereu, gostaria de lembrar a este Plenário que há limitadores constitucionais mesmo para salários de empresa públicas. E todo limitador constitucional a respeito de salários prevê qualquer tipo de benefício. Isso vale dizer que se tiver um salário, tiver gratificação, tiver qualquer outro tipo de recursos em espécie que acrescente no seu salário no final do mês, ele passa a ser considerado no limitador constitucional. Então, na verdade a Sanepar está completamente equivocada quando tenta, como empresa, pública tentar justificar que o aumento só vai até o final do ano porque até o final do ano eles estão auferindo o lucro durante o exercício para distribuir, e acho engraçado esta questão, senhores deputados, distribuir entre os diretores e não entre os acionistas e entre os funcionários no geral da empresa.

O que me impressiona aqui na Casa é uma coisa, somos cercados por quatro paredes aonde quem vem visitar a Assembléia escuta os pronunciamentos, alguma coisa sai na imprensa e no entanto, nada acontece. Depois de todos os pronunciamentos acontecerem a respeito disso a Sanepar acaba aplicando o vencimento ou recebendo, assinando o recibo, vai para a contabilidade, vai para a prestação de conta. No ano que vem faz uma nova assembléia para distribuir novamente o lucro para os diretores. O problema é que não acontece nada, não vejo denúncia contra esses fatos, me preocupa violentamente, que nós não conseguimos com todos esses levantamentos de questões que aconteceram aqui neste Plenário, durante dois, três anos, que haja uma denúncia, mesmo do Ministério Público, me desculpem os meritíssimos promotores.

Tem um monte de prefeitos denunciados, por causa de um recibo de pagamento de remédio de uma farmácia. Mas não vejo ninguém denunciado, por exemplo, por causa do leasing do Banestado e seguramente não vamos ver ninguém denunciado por causa desse recebimento indevido na Sanepar.

Gostaria que encaminhássemos ao Ministério Público, e o Ministério Público fizesse a denúncia contra a ilegalidade do que está acontecendo, para que não seja mais uma denúncia que cai no vazio e se torna isso, sim costumeiro, como diz Vossa Excelência e amanhã ou depois passa a Oposição como omissa. Porque a grande parte dos moradores do Paraná, da população do Paraná nem sequer toma conhecimento que existe um grupo de parlamentares preocupados com denunciar esses fatos estarrecedores da vida do nosso Estado.

Então levanto, deputado, esta questão, vamos continuar batendo nela antes que seja implantado realmente, efetivamente no bolso de cada diretor esse dinheiro e a esperança que a Justiça faça alguma coisa. Mas antes de eles receberem e não depois de receberem para quem sabe devolverem em 36, 48 suaves prestações mensais, como acontece normalmente com quem mete a mão no dinheiro público.

O SR. NEREU MOURA

Deputado Caito Quintana, infelizmente, eles já receberam e não é só participação nos lucros, receberam bônus como falei aqui, receberam aumento. O presidente da Sanepar recebeu 32% de aumento, os diretores receberam 34% de aumento, receberam bônus e vão receber a participação. A participação vai ser paga no ano que vem.

Concedo o aparte ao deputado Hermas da Fonseca

O Sr. Hermas Fonseca

Deputado Nereu Moura, enquanto nós estamos estarrecidos com essas notícias, com essas informações dos reajustes dos vencimentos, subsídios da diretoria da Sanepar, recebi agora do Sindicato dos Trabalhadores das Empresas de Água, Esgoto e Saneamento do Paraná, com quem tenho conversado nesses últimos dias, um fax que diz o seguinte:

(Lê):

“Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Água, Esgoto e Saneamento de Maringá e Região Noroeste do Paraná- Sindaen

SANEPAR NÃO MELHORA PROPOSTA

A Sanepar não melhora o aumento no percentual a ser aplicado nos salários do empregados. O negociador e representante da empresa reafirma a posição da direção, que é de aplicar salário variável, em detrimento aos índices de reajuste. enquanto faz tratamento diferenciado entre trabalhadores e diretores. literalmente, trata com descaso o empregado que trabalha na cadeia produtiva. Refere-se aos dirigentes sindicais sem o menor apreço, dizendo que: “os empregados estão estimulados para a produção e que a falta de reajuste não afetará no desenvolvimento do seu trabalho”. Quando fez esta citação, não está desmerecendo os dirigentes sindicais, mas sim toda a categoria.

Na questão do reajuste dos vencimentos e pagamento do PPR para diretores, administradores e acionistas/conselheiros, os representantes da Sanepar na

negociação tratam com “ironia e prepotência” os representantes sindicais, afirmando que “salário de diretores, administradores e conselheiros não é objeto de discussão em negociação com empregados” (conforme item 4.3 da ata da 2ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração). Ficando transparente de qual é a prioridade dos diretores e administradores da Sanepar e seus governos.

VEJA COMO FICOU.

1 - Reajuste salarial:

- O salário nominal será reajustado em 3%, agora em novembro/2000;

2 - Auxílio alimentação:

- O valor do auxílio-alimentação permanecerá em R\$10,00.

- Em dezembro/2000 a Sanepar repassará 12 (doze) folhas a mais, para compensar a diferença do não reajuste, sem descontá-las.

3 - Férias:

- O adiantamento de férias será descontado em 4 vezes.

4 - Data base:

- A data base passou para o mês de março quando o sindicato voltará a negociar com a empresa apresentando assim nova pauta.

- Foi assinado o ACT - Nov/2000 a Mar/2001”.

A Sanepar não aceita o seu negociador, desdenha dos dirigentes sindicais, e não concede nada mais que 3% sobre o salário nominal dos seus trabalhadores.

Este é o contraste daqueles que detêm o poder, com aqueles que são obrigados a submeter ao poder.

O SR. NEREU MOURA

É uma vergonha, senhor presidente. Confio nos deputados que compõem esta Casa e vamos apresentar este projeto de lei, para sustar o aumento dos diretores da Sanepar, para invalidar esta aberração, este escândalo.

A Assembléia Legislativa tem que agir prontamente. Espero que este projeto possa ter a tramitação rápida aqui nesta Casa, que nós posamos dar uma demonstração de seriedade ao povo do Paraná. Nós podemos acabar com todos esses escândalos.

Aqui senhor presidente, para finalizar as minhas palavras, fico pensando, analisando o aparte que me concedeu o deputado Hermes Fonseca, o que passa na cabeça de um servidor público que há cinco anos e meio não recebe aumento, que há cinco anos e meio padece e sofre um salário minguado, passando necessidade, sofrendo com a água cortada, com a luz cortada e os diretores de empresas que já ganham salários de marajás, aumentando seus salários em mais de 120%? O que pode passar no coração, na cabeça de um professor, de um funcionário da saúde, de um funcionário público aqui mesmo desta Casa, que ganham salários baixos a bem da verdade, o que

pode passar na cabeça do povo do Paraná, de ver essas injustiças?

É por isso que temos de agir, senhor presidente, e agir com determinação, mostrando que esta Casa não se curva, não se dobra, não dobra a espinha - como diz o gaúcho, vai lá e toma uma posição. E a posição mais lúcida, mais clara é aprovar um projeto de lei sustando essa vergonha, essa barbaridade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Horário das Lideranças.

No Horário da Liderança do PDT, concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados.

O Paraná, na Feira Agropecuária realizada há um ano e meio, ali no Parque Castelo Branco, teve a infelicidade de terceirizar parte desta feira. Foi um desastre total. O Paraná co-responsável pela terceirização não rememorou aquelas grandes feiras feitas pelo nosso atual 1º secretário desta Casa quando ocupava a Secretaria da Agricultura - o ilustre deputado Hermas Brandão, que oferecia ao nosso Estado e ao nosso Brasil, a respeitabilidade da Federação, das Sociedades Rurais de todo o Brasil que emprestava, naquela oportunidade, o brilho da agricultura e da pecuária paranaense, bem como da sua indústria, e dos vários segmentos que compõe a nossa economia que é invejável a nível nacional.

Hermas Brandão saiu da Secretaria e lá foi outro secretário, que, infelizmente, não deu continuidade a esse belo trabalho que todos nós, desta Casa, presenciamos.

Terceirizaram a feira e foi um desastre total. Contrato com artistas que até hoje estão em pendência judicial para sua cobrança. Compromissos outros assumidos por quem terceirizou a feira e não cumpridos, que também estão em esfera judicial para serem pagos. E agora quando faltam tão somente vinte dias para que a feira seja realizada, uma desculpa técnica que hoje está desmentida no jornal Gazeta do Povo, através de uma pessoa credenciada do Instituto Ambiental do Paraná, onde ele diz que o Instituto não proibiu a realização da Feira do Paraná; este órgão concedeu autorização solicitada pela Secretaria de Agricultura para a realização da feira.

Vejam aí, senhores deputados, a incoerência com que aquela desculpa que foi levada a todo o Paraná foi desmentida, oficialmente, por alguém que também faz parte do governo. Junto a isso estão tentando desmembrar a feira. E a Sociedade Rural de Ponta Grossa, a Associação Comercial Industrial da nossa cidade, conjuntamente com as forças vivas e na pessoa do líder do PFL, neste parlamento, que é o deputado Plauto Miró Guimarães, estiveram e estivemos gestionando para que Ponta Grossa pudesse, já com fim dessa feira a ser anunciada agora, que a agropecuária do Paraná não tivesse o prejuízo que estamos antevendo. E o Plauto, e as lider-

anças, e nós todos queremos uma saída para a classe produtiva do Paraná. E, infelizmente, o governo insensível, o governo que, realmente, não responde àquilo que foi eleito, não tem, realmente, dado mostras de atendimento a essa situação.

Quero, nesta oportunidade, senhor presidente, senhores deputados, dizer da insatisfação do Paraná, o Paraná produtivo, o Paraná industrial, o Paraná de um comércio forte. Aí está o governo, realmente, capenga.

Concedo um aparte ao deputado Plauto Miró Guimarães.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Ouçó as suas palavras com relação à Feira do Paraná, uma Exposição-Feira que faz parte do cenário nacional e até internacional, onde nela o Paraná representa tudo aqui que produz na área industrial, na área de pecuária, na área de agricultura, as tecnologias que usamos no nosso Estado para nos tornarmos um grande produtor de grãos. E de onde essa Feira do Paraná, realizada no Parque Castelo Branco, agora por questões ambientais, até mesmo pela construção da represa do Iraí muito próxima, acabou se tornando inviável. E, dentro disso, o governo do Paraná, a Secretaria de Agricultura procuram um novo local para poder implantar a Exposição do Paraná. Ponta Grossa, sabendo disso, articulou-se: a Associação Comercial, a Sociedade Rural dos Campos Gerais, os políticos, entre eles nós - deputado Zuk, Vossa Excelência como deputado representante daquela região - nós também, em conjunto com as lideranças eleitas, o prefeito eleito de Ponta Grossa.

E na articulação, fomos atrás do governo do Estado para colocar o município de Ponta Grossa, o Parque de Exposição de Ponta Grossa, um belo parque, construído com o dinheiro e recursos do Paraná urbano, recursos que foram viabilizados pelo atual governo, coloca à disposição toda a sua estrutura, de onde fomos a uma audiência como chefe da Casa Civil, com o secretário da agricultura buscar a parceria, para que essa Exposição lá aconteça. Uma região de um ponto geográfico propenso para tudo isso, um ponto central. E que isso possa tornar realidade. A parceria foi buscada. Queremos que o governo do Estado participe desta Exposição, que é uma exposição estadual. E vamos aguardar o sinal positivo do secretário Polonni, um sinal positivo da Casa Civil, e, ao mesmo tempo, fez com que os nossos produtores, os nossos representantes dos segmentos produtivos passassem a trabalhar junto com as Associações de Produtores que expõem e dão a viabilidade para as Exposições-Feiras.

E espero, deputado Zuk, que no término dessa ampla negociação que está acontecendo, a nossa cidade seja contemplada, porque vai beneficiar a nossa cidade, os municípios da Região dos Campos Gerais e, com certeza, o Estado do Paraná. E onde a boa vontade do governo existe. E possa dizer a

Vossa Excelência que tenho quase a certeza que a parceria vai acontecer, o Estado entrando com aquilo que tem que entrar, e o município com aquilo que é possível.

É uma posição que para se tornar viável, precisa de bastante recursos e a parceria entre Estado, que já demonstrou que quer, a parceria do município, com certeza, vai tornar realidade da Feira do Paraná no município de Ponta Grossa, beneficiando a toda a região e ao nosso Estado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço o aparte e queria tão somente ler um trecho no qual o Decreto 2200 de junho deste ano, cria a Área de Proteção Ambiental do Rio Iraí, prevê o funcionamento do Parque Castelo Branco dentro da sua área. Não existe proibição ambiental, o que existiu foi um desculpa técnica do governo do Estado pela sua incapacidade gerencial para fazer o que foi feito com competência no passado.

O segundo assunto, senhores deputados e senhor presidente, é com referência à nossa Polícia Militar do Paraná e mais precisamente com a Polícia Militar Feminina.

Hoje temos aqui, em 1ª discussão, o Projeto de Lei nº 336/2000 que dispõe sobre a extinção do quadro de Oficiais Militares Femininos, a qualificação de praças especiais femininas e a qualificação de praças policiais militares femininos. Projeto este que vem corrigir uma distorção, uma desigualdade e, principalmente, uma falta de igualdade entre homens e mulheres. Está neste projeto a correção a ser efetivada. Militares femininos da nossa gloriosa Polícia Militar vão ter, se aprovarmos como declaro abertamente o voto dos 14 senhores deputados da Oposição uma solicitação feita por todo o corpo feminino que compõe a Polícia Militar bem como da Sociedade Beneficente de Subtenentes e Sargentos assinada pelo seu presidente: “Recomendações da nossa cidade, do batalhão da Polícia Militar de Ponta Grossa na pessoa do Coronel Margrafe e das policiais femininas da nossa região”. Queria dizer que a Oposição, quando projetos de iniciativa do Poder Executivo vêm a esta Casa com o interesse de beneficiar a família paranaense, tem o nosso total e irrestrito apoio.

Estaremos votando favoravelmente a este projeto que vai corrigir uma distorção dentro dos quadros militares da nossa corporação e tenho a certeza absoluta de que, num futuro bastante próximo, quando virmos o quadro demonstrativo de coronéis, tenentes-coronéis, majores, capitães, enfim, todo o escalonamento que compõe aquela corporação, tenhamos a oportunidade de presenciar no comando desta gloriosa corporação uma policial feminina.

Ela, com certeza, terá a sensibilidade que não tem o atual comandante da Polícia Militar que quando lhe é solicitada a transferência de um esposo, de um filho, de uma filha, por esta Casa, ele, o atual comandante, num

ato ditatorial, se baseando num regulamento, num decreto que ele fez, porque nunca existiu isso na corporação, o pedido de um deputado poderia ser respondido por um ofício: é impossível fazer o remanejamento por permuta ou por falta de pessoal neste ou naquele quartel. Mas, o atual comandante da Polícia parece que é ditador, coloca na cadeia o soldado que solicita a sua transferência, mesmo contra a sua vontade.

Comandante desta natureza não pode permanecer no comando, senhor presidente, senhores deputados. Tenho a certeza absoluta que neste remanejamento que está sendo feito de secretários, deveria ser feito também na Companhia de Saneamento, Sanepar, que hoje aqui e ontem e em toda a imprensa está sendo denunciada, deveria ser feito na corporação da Polícia Militar, substituindo seu comandante por falta de preparo para a função, por falta de respeito ao ser humano e por falta realmente de uma condição melhor, que é a condição que Deus nos dá, que é de caráter, precisa ter realmente não uma flexibilidade na função, mas um caráter de realmente dar oportunidade àquele que não pode se defender. Além da punição da cadeia, ele manda anotar na ficha funcional, prejudicando praças, cabos, sargentos e até oficiais quando é solicitada sua transferência.

Encerro, senhor presidente, dizendo e solicitando ao Líder do Governo, Valdir Rossoni, e a Vossa Excelência, presidente, deputado Nelson Justus, que é o pensamento dos 54 deputados desta Casa, acredito que a falta de respeito e punir quem não pode se defender, mesmo que não foi vontade dele, não é um ato de um homem que deveria ser acima de tudo um comandante isento, imparcial e principalmente responsável pela Polícia Militar do nosso Estado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Horário das Lideranças: PFL; PSDB; PTB; Liderança do Governo.

(Declinam)

Encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de decreto legislativo, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 094/99, de autoria do deputado Beto Richa, que concede isenção aos portadores de deficiência física, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 094/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder aos Portadores de Deficiência Física e com dificuldades de locação isenção do pagamento total ou parcial do imposto de circulação de mercadorias e serviços/ICMS, e exclusivamente, na compra de veículos automotores, nos termos de autorização do chefe do Poder Executivo desta lei.

Art. 2º - Para concessão do benefício o candidato deverá encaminhar requerimento ao secretário de Estado da Fazenda, fazendo constar o grau de deficiência com o respectivo laudo médico.

Parágrafo Único - O secretário de Estado da Fazenda indicará a concessão do benefício, bem como os percentuais concedidos.

Art. 3º - O veículo automotor servirá exclusivamente para uso do Portador de Deficiência Física em suas atividades, vedada a permuta, venda ou outra transação comercial.

Parágrafo Único - O departamento de trânsito fará constar no licenciamento do veículo a peculiaridade do mesmo.

Art. 4º - Em caso de venda ou troca posterior, em casos não específicos por esta lei, deverá o comprador pagar o imposto de circulação de mercadorias e serviços sobre o valor atualizado do veículo.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06.11.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 290/2000, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o governo do Estado do Paraná a doar ao município de Marialva o lote de terras nº 3/72 da Gleba do Patrimônio de Marialva. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 290/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Marialva o lote de terras nº 3/72, com área de 1.395m2, subdivisão do lote 72, da Gleba Patrimônio Marialva, de sua propriedade conforme Transcrição das Transmissões nº 867, fls. 64, do Livro 3/C, do Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Marialva.

Parágrafo Único - O imóvel será utilizado pela prefeitura municipal de Marialva, com obras de infraestrutura, para solucionar problemas de drenagem de águas pluviais. A referida prefeitura municipal não poderá dar outra destinação, sob pena desta doação se tornar sem efeito, revertendo o imóvel ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos e ressarcimentos, ficando ainda, agravada a doação com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.11.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 329/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Preservação Ambiental dos Mananciais do Alto Iguaçu e Serra do Mar, com sede e foro no município de Piraquara. **Aprovado.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 101/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a criar no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a carreira de perito odontologista e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., S.P. E C.S.P. COM EMENDA DE PLENÁRIO. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. À EMENDA DE PLENÁRIO. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 100/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre a criação do Instituto Paranaense de Geriatria e Gerontologia, como órgão integrante da Secretaria de Estado da Saúde. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P. COM EMENDAS DE PLENÁRIO. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda. Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDAS DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI Nº 100/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre a criação do Instituto Paranaense de Geriatria e Gerontologia, como órgão integrante da Secretaria de Estado da Saúde.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto às emendas de Plenário apresentadas, foi procedida a análise das mesmas em face de sua legalidade e constitucionalidade concluindo-se que, sob este aspecto, não encontram qualquer óbice. Portanto, deverão ser objeto de análise de mérito em Plenário.

Assim, somos de Parecer Favorável às emendas de Plenário nº 01 e 02.

Sala das Comissões, em 31.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

NEREU MOURA - Relator

Apoiamiento:

Antonio Baratter, Duílio Genari, Hermes Fonseca,
Algaci Tulio, Serafina Carrilho, Plauto Miró
Guimarães, Pastor Edson Praczyk.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 031/99, de autoria do deputado Neivo Beraldin, institui o Bônus Verde - Paraná Mais Limpo e dá outras providências, conforme específica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.E.M.A. (**Publ. no D.A. nº 008, de 01.03.99**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 031/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Neivo Beraldin, tem por objetivo instituir no Estado do Paraná, o Bônus Verde, (Paraná Mais Limpo), dando outras providências, visando proporcionar benefício fiscal e financeiro às empresas paranaenses que utilizem no seu processo produtivo, como matéria-prima, resíduos poluidores oriundos do processo produtivo de outras empresas.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, da referida

propositura, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 13.04.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 031/99

P A R E C E R :

De autoria do deputado Neivo Beraldin, o Projeto de Lei nº 031/99 institui o Bônus Verde - Paraná Mais Limpo e dá outras providências, conforme especifica.

Procedida a análise da matéria, verificamos que o incentivo ao aproveitamento de resíduos é positivo e muito importante, especialmente quando se trata de aproveitamento ocorrendo entre empresas paranaenses, o que evita a “importação” de resíduos por nossas empresas que os utilizam em sua produção.

No Paraná, o IAP já vinha adotando os princípios da minimização da geração de resíduos, através da adoção de processos de baixa geração dos mesmos, que agora foi consubstanciado na recente Lei Estadual nº 12.493, de 22 de janeiro de 1999 que dispõe sobre princípios, procedimentos, normas e critérios referentes a resíduos sólidos no Paraná. Assim sendo, o projeto de lei em apreciação contrapõe-se à diminuição e/ou eliminação da geração de resíduos, que julgamos ser o conceito básico para a eliminação do desperdício de recursos e da causa de inúmeros problemas ambientais.

Em que pese a boa intenção do nobre autor do projeto de lei de proporcionar benefício às empresas que utilizem em sua produção resíduos sólidos de outras empresas, infelizmente entende-se que há, primeiro a obrigação de minimização na geração de resíduos, obrigação esta que fica em segundo plano quando trata-se de bonificar uma ação de aproveitamento daquilo que deveria ser minimizado. É fundamental, portanto, que antes de criar-se incentivos, seja instituído um Sistema de Gestão de Resíduos, conforme estabelece a já referida Lei Estadual nº 12.493/99.

Diante destas considerações, somos de Parecer Contrário ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 14.04.99.

(aa) CLEITON KIELSE - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

O SR. BERALDIN

Senhor presidente, o requerimento é assinado por quem?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O requerimento é afirmado pelo deputado Valdir Rossoni.

O requerimento está aprovado e o projeto fica retirado por dez sessões da Ordem do Dia.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 154/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, que dispõe sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.M.A.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 22, de 07.04.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 154/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Algaci Tulio, que dispõe sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.

Chamada esta comissão a se manifestar, somos de Parecer Favorável na forma do substitutivo geral para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.2000.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente
CESAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 154/99

Capítulo I

Área de Abrangência

Art. 1º - Para os fins previstos nesta lei, entende-se por:

I - Zona Costeira Paranaense é o espaço geográfico delimitado pelos municípios de: Guaraqueçaba, Antonina, Morretes, Paranaguá, Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba. Compreendendo a Planície de Inundação Flúvio-Marinho, constantes dos ecossistemas de manguezais e de várzeas, da faixa marítima, até as 12 milhas náuticas da costa, incluindo as ilhas costeiras e os habitats rochosos, compondo um mosaico de ecossistemas de alta relevância ambiental, de diversidade marcada pela transição de ambientes terrestres e marinhos, com interações que lhe conferem o caráter de fragilidade.

II - Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - PEGC é o conjunto de atividades e procedimentos institucionais que, através de instrumentos específicos, permitem a implantação da Política Estadual para a região,

orientando o processo de ocupação e utilização racional dos recursos naturais da Zona Costeira do Estado do Paraná.

III - Os municípios criados após a aprovação desta lei, dentro do limite de abrangência do conjunto de critérios acima descritos, serão automaticamente considerados como componentes da Zona Costeira Paranaense.

Art. 2º - A Zona Costeira, para o estabelecimento do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - PEGC, está subdividida em Unidades Ambientais Naturais (UAN) conforme o Decreto Estadual nº 5040, de 11 de maio de 1989, que define o Macrozoneamento da Região do Litoral Paranaense, suas diretrizes e normas de uso.

Capítulo II

Dos Objetivos

Art. 3º - O Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - PEGC, tem por objetivo geral orientar o processo de ocupação e utilização dos recursos naturais da Zona Costeira, através de instrumentos próprios, visando a melhoria da qualidade de vida das populações locais e a proteção dos ecossistemas costeiros em condições que assegurem a qualidade ambiental, buscando os seguintes objetivos específicos:

I - Obter um correto dimensionamento das potencialidades e vulnerabilidades da Zona Costeira do Paraná;

II - Assegurar a utilização dos recursos naturais litorâneos, com vistas à sustentabilidade permanente;

III - Exercer efetiva fiscalização sobre os agentes causadores de poluição, sob todas as suas formas e/ou de degradação ambiental ou de causar impactos negativos nos ambientes sociais e econômicos, que afetem ou possam vir a afetar a Zona Costeira;

IV - Possibilitar a fixação e o desenvolvimento das populações locais através da regularização fundiária, de procedimentos que possibilitem o acesso das medidas à exploração sustentável dos recursos naturais e de assessoria técnica para implantação de novas atividades econômicas ou para aprimoramento dos já desenvolvidos, observando-se a capacidade de suporte ambiental da região.

Capítulo III

Das Ações e Diretrizes

Art. 4º - São ações necessárias para o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - PEGC:

I - Implantação do Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro - SIGERCO;

II - Implantação de Programas de Monitoramento, com vistas à proteção, controle e fiscalização, recuperação e manejo dos recursos naturais da Zona Costeira;

III - Desenvolvimento dos Planos de Gestão de forma integrada com órgãos setoriais do Estado e articuladamente com os municípios.

Art. 5º - São diretrizes do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - PEGC:

I - Proteger os ecossistemas, de forma a garantir no seu conjunto as funções ecológicas e a diversidade biológica;

II - Fomentar o uso adequado dos recursos naturais, de acordo com as potencialidades de uso e a sua capacidade de suporte, garantindo a estabilidade funcional dos ecossistemas;

III - Promover a melhoria das condições de vida das populações, fomentando a produção de tecnologias adequadas ao uso não predatório dos recursos naturais;

IV - Promover o aprofundamento de discussões com as comunidades costeiras, com vistas a conscientizar sobre as necessidades de harmonizar o uso e ocupação do solo com os recursos naturais a serem protegidos;

V - Assegurar a mitigação dos impactos sobre a Zona Costeira e a recuperação de áreas degradadas;

VI - Assegurar a integração harmônica da Zona Costeira com as demais regiões que influenciam ou que por ela são influenciadas.

Capítulo IV

Dos Instrumentos

Art. 6º - São instrumentos do Plano Estadual de gerenciamento Costeiro - PEGC:

I - Macrozoneamento da Região do Litoral Paranaense, estabelecido pelo Decreto Estadual nº 5040, de 11 de maio de 1989;

II - Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro;

III - Programas de Monitoramento Ambiental; e

IV - Planos de Gestão.

Art. 7º - O Macrozoneamento da Região do Litoral Paranaense é instrumento de execução do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - PEGC, que tem por objetivo orientar a ocupação e uso do espaço, compondo um instrumento interativo da gestão ambiental, com vistas a subsidiar ações de planejamento governamental e não governamental capazes de conduzir ao aproveitamento, manutenção ou recuperação de sua qualidade ambiental e potencial produtivo, em benefício da população local.

Art. 8º - O Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro - SIGERCO é o instrumento do PEGC que terá a função de armazenar, processar e atualizar dados georeferenciados e informações, servindo de fonte

de consulta rápida e precisa para a análise e a tomada de decisões.

Art. 9º - O Monitoramento tem o propósito de acompanhar a evolução e condição ambiental da Zona Costeira, convergindo para a definição de indicadores e padrões de avaliação da qualidade ambiental.

Art. 10 - Os Planos de Gestão serão elaborados a partir dos conjuntos de projetos setoriais integrados e compatibilizados com as diretrizes estabelecidas no Macrozoneamento da Região do Litoral Paranaense, estabelecido pelo Decreto Estadual nº 5040, de 11 de maio de 1989, envolvendo a participação de representantes dos setores legalmente organizados, com envolvimento na Zona Costeira.

§ 1º - Para execução dos planos, objeto deste artigo, serão alocados recursos provenientes dos orçamentos dos órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual, Direta ou Indireta, bem como dos oriundos de Órgãos Federais e contribuições da iniciativa privada, mediante celebração de convênios e/ou contratos.

§ 2º - Na consecução dos respectivos Planos, serão privilegiadas as ações científicas e tecnológicas que promovam a melhoria da qualidade de vida das populações residentes na Zona Costeira, notadamente naquilo que induza a introdução de modelos alternativos de utilização dos recursos naturais.

Capítulo V

Das Competências

Art. 11 - As responsabilidades atinentes à coordenação e execução do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - PEGC, caberão à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, em estreita colaboração com os governos municipais costeiros, buscando ainda parceira com Órgãos de Pesquisa governamentais e não governamentais.

Parágrafo Único - No âmbito da estrutura organizacional da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, fica designada a Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense como Coordenadoria Estadual do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - PEGC.

Art. 12 - O Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense, criará Câmara Técnica específica para acompanhar a implantação do Plano Estadual de gerenciamento Costeiro - PEGC.

Art. 13 - Para custear as despesas decorrentes da aplicação desta lei, fica do Poder Executivo autorizado a:

I - Abrir créditos especiais, até o limite de R\$3.000.000,00 (Três milhões de Reais);

II - Proceder à incorporação no orçamento vigente, das classificações orçamentárias (funcional-programática) incluídas pelos créditos autorizados no inciso I, promovendo, se necessário, a abertura de créditos adicionais suplementares.

Parágrafo Único - Os valores dos créditos adicionais a que se refere este artigo, serão cobertos na forma prevista no § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 14 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CESAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 154/99

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Algaci Tulio, o presente plano de lei dispõe sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.

Fundamentação

A proposição foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça, a qual promoveu suas modificações e adequações na forma de Substitutivo Geral, recebendo parecer favorável. Chamada esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente a opinar, conclui que:

Tal iniciativa pretende criar o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - PEGC, o qual objetiva orientar o processo de ocupação e utilização dos recursos naturais da zona costeira, através de instrumentos próprios, visando a melhoria de qualidade de vida das populações locais e a proteção dos ecossistemas costeiros.

A matéria, ainda econtra-se em conformidade com os artigos 161, inciso I, Capítulo IV, dos Recursos Naturais e Art. 207, Capítulo V, Do Meio Ambiente de nossa Constituição Estadual.

Vale lembrar que a matéria foi analisada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, promovendo modificações no projeto em tela, as quais através de Substitutivo Geral foram realizadas.

Conclusão

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no Art. 33, § 14, do Regimento Interno, opinamos pela aprovação da matéria, através do Parecer Favorável ao Projeto de Lei nº 154/99.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.99.

(aa) CLEITON KIELSE - Presidente
ADEMIR BIER - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 336/2000, de autoria do Poder Executivo Mensagem nº 027/2000, que dispõe sobre a extinção do Quadro de Oficiais Militares Femininos - (QOPM FEM), a qualificação de praças especiais femininas e a qualificação de praças policiais militares femininos (Praça PM FEM). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E S.P.. (**Publ no D.A. nº 143, de 23.10.2000 - Mens**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 336/2000

P A R E C E R :

Oriundo de Mensagem Governamental nº 027/2000, o presente projeto de lei dispõe sobre a extinção do Quadro de Oficiais Policiais Militares Femininos (QOPM FEM), a qualificação de praças especiais femininas e a qualificação de praças policiais militares femininos (praça PM feminino).

Da Polícia Militar Feminina

“Mulher, ser doado de perspicácia e inteligência, criada por Deus para perpetuação da Humanidade. Vital para a existência do Homem. Necessário se fazia, portanto sua presença nos serviços diários da Polícia Militar do Paraná, assim como em todos os setores da sociedade em geral”.

O ingresso da mulher na Corporação da Polícia Militar efetivou-se com a inclusão e matrícula de 42 recrutas, selecionadas para o primeiro Curso de Formação de Sargentos PM-Fem, o qual foi realizado no centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças de novem-bro/97 a junho/98.

Formaram-se 27 Sargentos PM-Fem, sendo que as 4 primeiras colocadas foram promovidas à graduação de 2º sargento e as demais, a 3º sargento.

O 1º Pelotão da PM-Fem, subordinado ao Comando do Policiamento de Capital, teve como seu primeiro comandante, o então 1º tenente QOPM José Lemos da Silveira. No ano de 1979, iniciou-se na Academia Policial do Guatupê, o primeiro Curso de Formação de Oficiais e Soldados Femininos, pioneiros não apenas no Paraná, mas em todo o Brasil. Assim como o curso em cabos em 1980. Foi, também, a Corporação Paranaense, quem aplicou pela primeira vez a Polícia Militar, no serviço de policiamento de trânsito em agosto de 1981.

A Companhia de Polícia Militar Feminina subordinado ao Comando do Policiamento da Capital, foi criada em 21 de junho de 1984 em decorrência da transformação do então pelotão da PM-Fem a qual foi desdobrada, em 1992. Efetivada em fevereiro de 1994, o Comando Geral da Polícia Militar pulverizou, distribuiu as policiais militares pelas unidades, seções e demais departamentos, da Capital e região metropolitana.

Atualmente as policiais militares femininas estão desenvolvendo todas as atividades inerentes à Polícia Militar e perfazem um total de 17 oficiais, 13 cadetes e 430 praças, que encontram-se prestando serviço à comunidade em todas as regiões do Paraná.

Do Parecer

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar e verificada a extensão e o mérito da matéria em pauta, e procedida a análise constitucional da matéria, verificamos que a mesma não encontra óbice de tramitação com base no artigo 66 da Constituição estadual, que dispõe sobre as prerrogativas do chefe do Poder Executivo, pelo que somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 31.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 336/2000

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 27/2000, o presente projeto de lei tem por objetivo dispor sobre a extinção do Quadro de Oficiais Policiais Militares Femininos - (QOPM FEM), a qualificação de praças especiais femininas e a qualificação de praças policiais militares femininos (Praças PM FEM)

Fundamentação

Sobre a matéria, já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende que é de grande mérito a presente proposição, sendo que as policiais femininas, prestam serviços à comunidade em todas as regiões do Paraná e a unificação proposta visa corrigir uma distorção que ocorre na carreira policial militar, onde a mulher é discriminada injustamente, sem qualquer justificativa.

Conclusão

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 07.11.2000.

(a) RICARDO CHAB - Presidente e Relator

Em votação.

O SR. RICARDO CHAB

Para Encaminhar, senhor presidente.

(Assentimento)

Gostaria de registrar nos Anais desta Casa, que entendo, o que o governo do Estado do Paraná, na pessoa do governador Jaime Lerner está corrigindo uma injustiça de muitos anos. Quero louvar a atitude do governador Jaime Lerner, ao enviar para essa Casa tal mensagem, para reparar essa desigualdade. Se tomarmos por conta outros Estados, temos aí a mulher policial comandando

unidades, como São Paulo, enfim, em outros Estados - aqui, no Paraná até então tínhamos essa distorção.

Agora, não, elas poderão galgar o posto maior da Polícia Militar. Esse projeto, presidente, parece que houve um acordo com a imprensa nacional, porque hoje a Revista Veja, de circulação nacional, desta semana, traz a referência das mulheres na política, na vida pública. E não poderíamos deixar, aqui, de tratar da questão da mulher policial.

A capitã Aparecida está, aqui, no plenário e temos outras oficiais, senhoras, mulheres policiais - não me lembro, capitã Aparecida, da oficial que tanto lutou e que, infelizmente, faleceu. E queria dedicar essa sessão, para essa soldado, policial feminina, que durante seis anos teve contato comigo, quase que mensalmente, pedindo para que ela pudesse um dia chegar a coronel e, infelizmente, não conseguiu. Fico emocionado, porque estou vendo o governo do Estado reparar uma injustiça tremenda, para com as mulheres, dentro da corporação.

Queria que, esse Parlamento, hoje, dedicasse essa sessão para esta soldado que, infelizmente, faleceu. E que, agora, pelo menos lá no céu, está vendo que este Parlamento está reparando uma injustiça, nesta tarde. É a soldado Eliane do Rocio Santiago, falecida. Faço questão, senhor presidente, que o senhor dedique essa sessão de hoje, em nome das mulheres.

Muito obrigado

(Aplausos)

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Para Encaminhar, senhor presidente.

(Assentimento)

Concordo em gênero, número e grau nas palavras ditas pelo companheiro, deputado Ricardo Chab e gostaria de me somar a este encaminhamento ao nobre deputado. Inclusive, comunicando à Casa a presença da capitã Aparecida e da capitã Rita e demais membros da corporação, que vêm nos abrilhantar e honrar com as suas presenças, acompanhando o trâmite da votação, senhor presidente.

O SR. IRINEU COLOMBO

Para Encaminhar, senhor presidente.

(Assentimento)

Em nome da bancada do PT, queremos votar favoráveis ao projeto, mas estaremos sugerindo uma emenda a ele. Primeiro, na assertiva já feita pelo deputado Ricardo Chab, no sentido que, realmente, as mulheres têm que ser tratadas em todos os sentidos, sobretudo no serviço público, não com privilégios, mas, sim, na sua função que merece, com atenção - o serviço público tem que tratar com igualdade, por isso estaremos fazendo uma proposta de emenda, podemos até discutir um acordo mas queremos fazer, pelo menos a ressalva. Porque o parágrafo 2º diz o seguinte: - Considerando a natureza especial da função de Polícia Militar, de interesse público, ficam destinadas até 6% as vagas.

Vejam bem temos um impedimento de mais policiais entrar na corporação, impedimento legal, agora impedimento natural seria o impedimento baseado em teste de aptidão física que entenderíamos que é impedimento natural, faz-se o teste de aptidão física, como os homens também são submetidos, serão também as mulheres e assim por diante.

Então essa é a nossa ressalva, conversaremos com os demais deputados para ver se faremos esta emenda agora ou mais tarde, no momento apropriado, mas esta ressalva gostaria que fosse registrada até para que as ilustres visitantes da Polícia Militar entendam que temos este posicionamento. Gostaríamos de ampliar muito mais do que está aqui no projeto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência cumprimenta os deputados, em especial o deputado Ricardo Chab, tenho certeza que os três deputados que se manifestaram, o fizeram em nome dos 54 senhores deputados aqui presentes que são favoráveis a essa correção que o governo, em boa época, faz.

Continua em votação o projeto. **Aprovado.**

Sobre a mesa, Requerimento nº 2124, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2125 a 2127, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2129, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2131, de autoria do senhor deputado, Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2134, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 09, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 100/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 154/99, 053 e 186/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 326, 328 e 337/2000.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2000.

Cancelamento da Feira do Paraná pelo Governo do Estado

Nota Oficial da FEPAC -
Federação Paranaense das Associações de Criadores

A FEPAC - Federação Paranaense das Associações de Criadores, entidade que reúne as mais expressivas Associações de Criadores do Estado, representando portanto o segmento qualitativo da pecuária paranaense, vem a público prestar os seguintes esclarecimentos:

1 - que recebeu com grande surpresa a decisão do governo do Estado de cancelar a Feira do Paraná deste ano, que seria realizada de 25/11 a 03/12/2000;

2 - que este evento, de caráter internacional, vem sendo realizado ininterruptamente ao longo dos últimos 32 anos;

3 - que a Feira do Paraná deste ano fora postergada do tradicional mês de outubro para a data mencionada, em decisão conjunta da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, da Emater e da Fepac com intuito de se tornar o evento de "coroamento" das demais exposições-feiras agropecuárias que se realizaram no Estado durante o ano 2.000;

4 - que não discute a validade do motivo alegado, relacionado com possíveis problemas ambientais, preocupação que vem sendo, felizmente, incorporada pela sociedade brasileira;

5 - que lamenta, isto sim, que esta decisão não tenha sido tomada com maior antecedência, evitando-se enormes esforços e gastos dos criadores-expositores com a preparação dos animais que seriam expostos e pela não realização dos leilões tradicionais;

6 - que lamenta, sobretudo, que a representação dos criadores não tenha sido convocada anteriormente pelo governo do Estado, para eventuais estudos de soluções alternativas;

7 - que espera que os criadores associados, caleja-
dos em suas atividades por problemas periódicos de fenômenos meteorológicos, como a recente seca e as geadas, consigam superar mais este imprevisto que irá frustrá-los economicamente e penalizá-los pela não apresentação do nível tecnológico e aperfeiçoamento racial dos seus rebanhos;

8 - que finalmente, espera que providências seguras sejam tomadas pelo governo para o ano próximo, realizando esta feira no mesmo Parque Castelo Branco, atendendo com a prioridade necessária os interesses e a segurança da população, via preservação do meio ambiente, e os objetivos da atividade agropecuária de elite, que tem feito com que o Paraná se destaque no cenário nacional e internacional.

Curitiba, 06 de novembro de 2.000.
Ugo Rodacki
Presidente da Federação Paranaense das
Associações de Criadores - FEPAC

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 029ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
08 DE NOVEMBRO DE 2000**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Caíto Quintana, secretariada pelos senhores deputados Ângelo Vanhoni e Luiz Carlos Alborghetti.

Às quinze horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Não há expediente a ser lido.

No horário das Lideranças, concedo a palavra à Liderança do PDT, deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados.

Um fato novo na política nacional foi transmitida através das rádios de todo o Brasil, da televisão e dos jornais. Fato que já foi iniciado vários meses atrás, que ilustra a fusão de dois grandes partidos, o Partido Trabalhista Brasileiro e o nosso Partido PDT.

Todos conhecemos a história de como foi fundado o nosso PDT. Todos sabemos que durante o período revolucionário, um chefe da Casa Civil, chamado Goubery do Couto e Silva fez acertos e afagos, com a filha do ex-presidente Getúlio Vargas, dona Ivete Vargas, fez com que a sigla que levou João Goulart, que fez outros nomes na-cionais à ascensão de cargos maiores desta Nação, ou maior cargo de presidente da República, deveria na oportunidade ser tirado do maior Líder, maior estudante, Leonel Brizola, que seria sem sombra de dúvidas, o futuro presidente do Brasil naquele fim da era revolucionária. E qual seria o meio, senhores parlamentares? Tirar do Leonel Brizola a sigla do PTB, e tiraram. Ele foi, fundou o PDT, começando do nada e fazendo o PDT que é hoje um grande Partido. E agora, parece que a história vai ser recuperada com este estudo de viabilidade, da fusão entre o PTB e o PDT e devolvendo aquilo que já era de Leonel Brizola, que é o Partido Trabalhista Brasileiro.

Basta ver, senhor presidente, senhores deputados, que até o número dessa fusão vai ser e continuará sendo o número 12, o número que parece que vai mostrar aos outros números de Partido, que a história vai ser resgatada. Seja qual for o nome a ser oferecido à Nação brasileira, ao nosso Estado do Paraná, ou a outros Estados da Federação, tenhamos a oportunidade de ter de volta realmente aquela condição que nos foi tirada à força.

Existem alguns outros pequenos empecilhos que poderão, no decorrer do estudo de viabilidade dessa implantação da fusão, serem eles transpostos. Adianto que no nosso Estado do Paraná e aqui aonde nos encontramos, nesse Parlamento, dificuldades haverão, mas tenho certeza absoluta, o bom senso, a população do Paraná e a família brasileira haverão de ser testemunha de oferecer, através do número “doze” a volta do povo no poder através de um membro, que realmente tenha condições de herdar aquelas idéias do Getúlio, de transformar a vontade que o Leonel Brizola demonstrou no exílio e aqui dentro mesmo, se submetendo a todo sacrifício, fosse pessoal, político ou partidário, mas sempre mantendo a ética, a honestidade, que até hoje a sua honorabilidade em todas as funções que ocupou é inatacável. Possui defeitos - é natural, todo homem público, todo homem normal tem defeitos - mas a honorabilidade, a decência e o caráter de um homem sério, teremos a oportunidade, nesta fusão, de fazer com que o Brasil seja melhorado e que o Paraná seja agraciado com um representante do povo dentro do Palácio Iguaçu.

Agradeço, senhor presidente e cumprimento essa iniciação do processo e acredito que os nossos compan-

heiros como o Traiano, como o Rossoni, como outros grandes companheiros, Hermas Brandão, haverão de somar conosco, pelo ideal que não uma linha divisória, nem um assento neste Parlamento, mas um ideal maior, que é resgatar para o Paraná um governador que seja de base popular e não técnica.

Haveremos de ter condições de somar todos nós.
Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Horário da Liderança do PPB.

Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Quero deixar registrado neste Parlamento, ainda sobre a mensagem do senhor governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, Gostei da atitude do deputado Ricardo Chab, quando chamava ao seu gabinete - este que é o vice-presidente da Comissão de Segurança Pública - e também o deputado Algaci Tulio, membro da Comissão e demais deputados. estivemos reunidos ali e o deputado Ricardo Chab nos fez uma exposição sobre a matéria, o pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça. O reparo, dizia o deputado Chab, para as polícias femininas que vão ter o direito, como os policiais masculinos - deputado Divanir - também de ser um coronel, de ser um tenente, de ser uma capitã.

Enfim, espero que a imprensa do meu Estado divulgue amanhã, aos quatro ventos de norte a sul, de leste a oeste esta desigualdade que o governo do Estado do Paraná presta não só às polícias femininas, mas sim, à soldado feminina Eliane do Rocio, a qual dedicou ao deputado Ricardo Chab, nesta tarde, essa sessão. Porque conversei com ela várias vezes, estive no meu gabinete, na minha Comissão e junto com o Chab, sentia na Eliane a sua luta. Porque a mulher que embala um berço tem o direito de reger a humanidade. Se ela tem o direito de reger a humanidade, ela também tem o direito de galgar, como galgou a maioria das mulheres que disputaram o pleito democrático das urnas, o direito de legislar como prefeitas, como vereadoras e até como deputadas.

Parabenizo o pronunciamento deste irmão de fé deputado Luiz Carlos Zuk, e espero que esta fusão do PDT e do PTB, que veio em boa hora, somaríamos 40 deputados federais em Brasília e que esse Partido, faça uma reflexão de se dedicar realmente ao trabalhismo, ao trabalhador brasileiro. Como faz o PT e tantos outros Partidos que querem lutar pelo trabalhismo na Nação brasileira.

Hoje, lendo a Gazeta do povo, analisava eu os dois candidatos dos Estados Unidos. E Al Gore é mais um estilo PT e Bush é mais um estilo PPB e PSDB. Analisando a Gazeta do Povo, hoje, fiquei até surpreso com a análise sobre a política brasileira. E, ganhe um ou ganhe outro, espero, que a política continue a mesma mas que haja algumas mudanças na área da justiça social. E que possamos nós, o Brasil,

exportar, exportar os nossos produtos hortigranjeiros, que a nossa agricultura seja melhor beneficiada nos Estado Unidos.

E, para finalizar, vamos votar aqui daqui a pouco um projeto que acho de fundamental importância, que é o projeto do deputado José Maria Ferreira, que, na minha primeira legislatura quando entrei com este projeto me chamaram de louco, dizendo que minhas idéias ainda não pertenciam ao terceiro mundo. Mas agora parece que estamos caminhando ao primeiro mundo. O deputado, José Maria Ferreira pede ao Poder Executivo, pede para autorizar - e eu não concordo com este projeto, que é autorizatório acho que deveria sim, deputado Toni Garcia, o governo custear as despesas, porque no meu gabinete me orgulho de ser o deputado pé-de-chinelo, deputado dos pobres, de ter o gabinete da miséria, do sofrimento, me orgulho sim, do que ser corrupto, ser ladrão, ser bandido, ser canalha. Agora quando as mulheres entram no meu gabinete pedindo um exame de D.N.A., custa uma fortuna. Uma fortuna incalculável para fazer um exame de D.N.A..

Então, o deputado José Maria Ferreira veio em boa hora. Mas não adianta aprovarmos o projeto aqui e a mulher que precisa fazer um exame de D.N.A. não sabe onde ir. Então temos que criar este projeto, mas temos que colocar em todos os jornais, em todas as rádios e em todas as televisões, que a Secretaria de Saúde está fazendo o exame de D.N.A. para mulheres pobres, porque muitas ficam grávidas e alguns homens fogem das suas responsabilidades, não querem assumir os filhos, não querem assumir para não pagar a pensão alimentícia.

Então, esse projeto para mim, deputado Zuk, deveria chamar cidadania, esse projeto para mim deveria chamar ação social, esse projeto para mim, deputado Irineu Colombo, representa, o senhor sempre lutou por isso, representa, deputado Irineu, deputado Zuk, o trabalho em defesa da família e dos filhos do Estado do Paraná.

Vamos aprová-lo, apesar de ser autorizatório. E espero que este governo, que quer interiorizar o seu governo em todo o Estado do Paraná, sinta o cheiro do povo agora.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (**Pela Ordem**)

Deputado Alborghetti, realmente as suas palavras vão de encontro aos anseios da população. No projeto do deputado José Maria Ferreira, a ele foram apensados dois outros projetos: um projeto de autoria do deputado Edgar Bueno, e outro de minha autoria, os três visando a mesma coisa, ou seja, que o Estado proceda o pagamento dos exames de D.N.A. para as pessoas que tenham renda até 4 salários mínimos, atendendo exatamente aquela faixa de pessoas que necessitam. Mas, esse exames serão atendidos e aí coloco o meu aparte para esclarecimento, nobre deputado sempre que for uma solicitação do Poder Judiciário.

Então, aquelas pessoas que ingressarem com a sua ação em juízo e que chega em um ponto em que os advogados, os peritos solicitam o exame - era quando empacava o processo, porque as pessoas não tinham recursos para pagar.

Então, esse projeto visa atender essas solicitações, quando existe um processo e que é solicitado o exame de D.N.A., o juízo determina, e o Estado está autorizado a pagar. Mas, é de fundamental importância e de um grande alcance social. Por isso, quero dizer que as palavras, o senhor como um deputado que atua numa área em que as pessoas necessitam muito do poder público e sua sensibilidade faz que as suas palavras se somem a este projeto.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Deputado Fernando Ribas Carli, para mim é uma satisfação saber que o seu projeto está embutido aqui, porque no meu primeiro mandato fiz este projeto, mas não teve jeito. Fiz, mandei várias indicações quando fui eleito vereador por seis anos e, realmente, não teve eco. Mas, agora analiso o aparte de Vossa Excelência há necessidade, deputado Fernando Ribas Carli, do jeito que Vossa Excelência coloca nesses três projetos que também é seu, foi aprovado por este Parlamento, de uma divulgação maior, porque encaminho a mulher ao advogado gratuito. Então, naturalmente, o advogado vai ter que saber, vai entrar no Poder Judiciário. E o Poder Judiciário vai ter que encaminhar a algum órgão responsável pelo governo do Estado do Paraná. Quem vai pagar não é a pobre da mulher, não é o advogado não é o Poder Judiciário, quem vai pagar é o governo do Estado do Paraná

Então, fico feliz com Vossas Excelências e dedico também esse projeto de Vossa Excelência, do deputado Edgar Bueno, hoje prefeito, do deputado José Maria Ferreira, dedico este projeto na área da cidadania, na área da justiça social, o projeto de Vossas Excelências é dedicado à família e aos filhos do Paraná.

Que este projeto saia desse concreto e ecoe em todos os estados brasileiros, deputado Fernando Ribas Carli. E que o seu projeto seja nesta tarde, uma homenagem à mãe branca, que tem a cor da mãe do Nosso Senhor Jesus Cristo. E da mãe negra, que tem a cor de Nossa Senhora Aparecida.

Que seja dedicado, este projeto a todas as mulheres que têm a Constituição Brasileira rasgada nas suas faces.

Meus parabéns a Vossa Excelência e a este Parlamento que é um dos melhores parlamentos do Brasil e que vota aqui cidadania, justiça social, família e filhos do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Com a palavra as Lideranças do PFL, PSDB, Oposição e Governo.

(Declinam)

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 124/99, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que autoriza o Poder Executivo a custear as despesas de exame de DNA.

Aprovado.

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 124/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a custear as despesas com exames de DNA (Ácido Desoxirribo Nucléico) para comprovação de paternidade, quando solicitado em juízo.

Parágrafo Único - Somente poderão ser assistidos por esta lei, as pessoas que comprovarem renda igual ou inferior a 4 (quatro) salários mínimos.

Art. 2º - Para efeito do disposto no artigo 1º, o Poder Público fica autorizado a contratar serviços de laboratórios particulares, por procedimentos normais de licitação até que o governo providencie condições para fazê-lo por conta própria.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 06.11.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 012/2000, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que autoriza a criação do Programa de Habitação Rural no Estado do Paraná e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 012/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o programa de Habitação Rural no Estado do Paraná, vinculado à Secretaria Especial da Política Habitacional.

Art. 2º - O objetivo do Programa de Habitação Rural é financiar a construção, reforma e ou ampliação de moradias rurais de agricultores familiares.

Levanta-se a sessão.

Art. 3º - Serão beneficiários deste financiamento os agricultores familiares que atendam aos seguintes requisitos:

I - utilizar o trabalho direto seu e de sua família na exploração agrícola da terra;

II - não deter, a qualquer título, área de terra superior a 03 módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor;

III - ter a renda familiar proveniente da exploração agropecuária, pesqueira ou extrativa;

IV - residir na propriedade há pelo menos 01 (um) ano;

V - possuir declaração de aptidão fornecida pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais do respectivo município do beneficiário.

Art. 4º - A concessão do financiamento obedecerá os seguintes parâmetros:

I - carência de até 1 (um) ano e meio;

II - prazo de amortização de, no máximo, 10 (dez) anos;

III - prazo de 180 dias, após a liberação do recurso, para a conclusão da reforma, construção ou ampliação da moradia rural.

Parágrafo Único - A amortização será feita pelo valor nominal contratado, observado o prazo de carência prevista no inciso I deste artigo, sendo o mesmo sob a forma de equivalência produto da atividade principal do beneficiário, podendo ser o vencimento em parcelas anuais ou semestrais, conforme opções do agricultor.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ~~a qualquer tempo, no Orçamento Anual do Estado, os~~ critérios adicionais necessários para atender as despesas decorrentes desta lei.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.11.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 330/99, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Caridade, Proteção à Maternidade e Infância de Rio Negro, com sede e foro no município de Rio Negro. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA ATA DA 116ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2000

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Caíto Quintana, secretariada pelos senhores deputados Antonio Carlos Belinati e Luiz Carlos Zuk.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppino, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Não há Expediente a ser lido.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente.

Consulto as lideranças partidárias.

Consulto ao Horário das Lideranças: PL; PST; PSL; PDT; PT; PPB; PMDB; PFL; PSDB; PTB.

(Declinam)

Encerrado o Horário das Lideranças.
 Consulta a Liderança da Oposição.
(Declina)
 Liderança do Governo.
(Declina)
 Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 100/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre a criação do Instituto Paranaense de Geriatria e Gerontologia, como órgão integrante da secretaria de Estado da Saúde. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. COM EMENDAS DE PLENÁRIO. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 154/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, dispõe sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.M.A.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 053/2000, de autoria do deputado Ademir Bier, que dispõe sobre o controle e a comercialização do adesivo químico “cola de sapateiro”. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.P. E C.A.I.C.. COM EMENDA DE PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. À EMENDA DE PLENÁRIO. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo.**

Emenda - **Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
 EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 053/2000

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre deputado Ademir Bier, dispõe sobre o controle e a comercialização do adesivo químico “cola de sapateiro”.

O projeto, de elevado mérito, recebeu emenda substitutiva geral em Plenário.

Chamada esta comissão a se manifestar e após a análise constitucional e legal, somos pelo acolhimento

parcial da emenda, excluindo-se seu Art. 5º, cuja fixação de prazo está em desacordo com o caráter autorizatório do Projeto.

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável à emenda na forma de Sub-emenda em anexo.

Sala das Comissões, em 07.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
 ALGACI TULIO - Relator

Apoioamento:

Carlos Simões, Duílio Genari, Nereu Moura, Hermes Fonseca, Waldyr Pugliesi, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães, Pastor Edson Praczyk.

SUB-EMENDA SUPRESSIVA À EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 053/2000

Fica suprimindo o art. 5º da Emenda Substitutiva Geral do Projeto de Lei nº 053/2000, ficando renumerado o artigo seguinte.

Sala das Sessões, 07.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
 ALGACI TULIO - Relator

JUSTIFICATIVA:

O Artigo 5º, por fixar prazo para regulamentação de Lei, está em desacordo com o caráter autorizatório do projeto de lei em pauta.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 186/2000, de autoria do deputado Ademir Bier e outros, que dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilização de dados constantes no Diário Oficial do Estado do Paraná na rede mundial de computadores (Internet) e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DE PLENÁRIO. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. À EMENDA DE PLENÁRIO. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo.**

Emenda - **Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
 EMENDA DE PLENÁRIO AO
 PROJETO DE LEI Nº 186/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Ademir Bier e outros, visa dispor sobre a obrigatoriedade da disponibilização de dados constantes no Diário Oficial do Estado do Paraná na Rede Mundial de Computadores (Internet) e dá outras providências.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à emenda de Plenário apresentadas, foi procedida a análise das mesmas em face de sua legalidade e constitucionalidade concluindo-se que, sob este aspecto, não encontram qualquer óbice. Portanto, deverão ser objeto de análise de mérito em Plenário.

Assim, somos de Parecer Favorável à emenda de Plenário.

Sala das Comissões, em 07.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, Carlos Simões, Algaci Tulio, Nereu Moura, Waldyr Pugliesi, Cesar Seleme, Hermes Fonseca, Antonio Carlos Belinati, Pastor Edson Praczyk.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 326/2000, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter, mediante doação, imóvel que especifica, à prefeitura municipal de Mallet. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 136, de 10.10.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 326/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Valdir Rossoni, visa autorizar o Poder Executivo a fazer reverter, mediante doação, imóvel que especifica, à prefeitura municipal de Mallet.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 07.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 328/2000, de autoria do deputado Algaci Tulio e outros, que autoriza o Poder Executivo a denominar o prédio da sede do governo estadual, como "Palácio Governador Ney Aminthas de Barros Braga". COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 138, de 17.10.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 328/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Algaci Tulio, visa autorizar o Poder Executivo a denominar o prédio da sede do governo estadual, como "Palácio Governador Ney Aminthas de Barros Braga".

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável, na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 07.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA CORRETIVA AO PROJETO DE LEI Nº 328/2000

O artigo 1º do presente plano de lei passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a denominar o prédio da sede do governo estadual, como "Palácio Governador Ney Aminthas de Barros Braga".

Sala das Comissões, em 07.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 337/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que dá nova redação ao parágrafo único do artigo 2º, da lei nº 11.027, de 29 de dezembro de 1994. (Comec). COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 143, de 23.10.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 337/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Geraldo Cartário, dá nova redação ao Parágrafo Único do artigo 2º, da Lei nº 11.027, de 29 de dezembro de 1994, com o objetivo de incluir o município da Lapa na relação dos municípios que compõem a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba.

Chamada a opinar, a Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza legal, constitucional ou regimental para a normal tramitação da proposição.

Sendo assim, estamos apresentando Parecer Favorável, pois, como foi demonstrado, o município da Lapa foi desmembrado do território de Curitiba em 1.806 e existe entre os dois municípios grande vínculo de natureza geográfica e econômica, o que justifica a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Comissões, em 07.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CESAR SELEME - Relator

Requerimento do deputado Nereu Moura. Requer Regime de Urgência ao Projeto de Decreto Legislativo 14/2000. Em discussão. Em votação.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, para discutir o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Adia-se na forma regimental.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, o requerimento já havia sido aprovado.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Deputado Valdir Rossoni, o senhor pode pedir verificação de votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Não era o que eu queria, mas então solicito a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

A Mesa irá proceder a verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam, queiram levantar-se: 5 aprovam. Os senhores deputados que rejeitam, queiram levantar-se: 9 rejeitam.

Não há quórum para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 161, 174 e 289/2000; e
do Projeto de Lei Complementar nº 229/2000.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 053 e 186/2000; e 154/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 326, 328 e 337/2000.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 167/2000.

Levanta-se a sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
14ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Algaci Tulio, Edson Praczyk, Duílio Genari, Serafina Carrilho, Hermes Fonseca, Plauto Miró, Moysés Leônidas e mais o deputado Antonio Carlos Baratter. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 329/2000, de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 330/2000, de autoria do deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 229/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró na forma da emenda anexa - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 101/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Hermes Fonseca à emenda de Plenário - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 228/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter. Parecer FAVORÁVEL do deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 035/99, de autoria do deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nereu Moura, lido pelo deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 100/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL, às emendas de Plenário nºs 01 e 02 do deputado Nereu Moura, lido pelo deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 094/99, de autoria do deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL, à emenda de Plenário do deputado Waldyr Pugliesi, lido pelo deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 059/99, de autoria do deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do deputado Waldyr Pugliesi, lido pelo deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 174/2000, de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio às emendas de Plenário - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 277/2000, de autoria do deputado Beto Richa. Parecer CONTRÁRIO do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 336/2000, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 13) Projetos de Lei nºs 652/99 e 36/2000, anexados, de autoria dos deputados Orlando Pessuti e Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Baratter - APROVADO; 14) Projetos de Lei nºs 124/99, 037/2000 e 135/2000 anexados, de autoria dos deputados José Maria Ferreira, Edgar Bueno e Fernando Ribas Carli. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas na forma da emenda anexa - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 289/2000, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL

do deputado Duílio Genari à emenda de Plenário - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presi-

dente, pelos senhores deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária